

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 23 DE ABRIL DE 2019

N.º 5/2019/AM

DATA: Vigésimo terceiro dia do mês de abril, do ano de dois mil e dezanove.-----

HORA: Vinte e uma horas e seis minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

O PRESIDENTE: Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP); -----

1º SECRETÁRIO: Nuno Miguel Pinheiro da Costa (CDS/PP);-----

2º SECRETÁRIO: Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Filomena Maria Soares de Almeida Moreira (CDS/PP); -----

- Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Albano de Oliveira Braga (Independente);-----

- Deputada Municipal, Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Hugo Martins Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Ricardo Jorge Rodrigues Almeida, em suplência de Sara Campos Bastos (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Diogo Filipe Tavares de Bastos (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Ricardo Jorge da Costa Oliveira (CDS/PP);-----

2019.04.23

- Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida (PSD);-----
- Deputado Municipal, António Santos Sousa (PSD);-----
- Deputada Municipal, Adriana Helena Silva Rodrigues (PSD);-----
- Deputado Municipal, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz (PSD);-----
- Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida (PS);-----
- Deputada Municipal, Ana Maria da Silva (PS);-----
- Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);---
- Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP), que chegou mais tarde, como oportunamente se faz referência;-----
- Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, (CDS/PP);-----
- João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----
- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
- Carlos Alberto de Pinho Tavares, em representação do Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP), conforme comunicação de 22.04.2019 (entrada n.º 106);-----
- Manuel Correia de Campos, Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP).-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência António Alberto Almeida de Matos Gomes, Maria Catarina Lopes Paiva, Daniela Sofia Paiva da Silva e José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, e ainda os

2019.04.23

vereadores em regime de não permanência José Pedro Vieira de Almeida e Nelson da Silva Martins. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, declarou aberta a sessão.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, começou por informar das seguintes substituições: encontra-se presente o Deputado Municipal Ricardo Jorge Rodrigues Almeida, em suplência de Sara Campos Bastos, bem como o Deputado Municipal Carlos Alberto de Pinho Tavares, em representação do Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões.-----

Deu, de seguida, conta dos seguintes documentos recebidos:-----

- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal a solicitar que se retire de análise e discussão o ponto 8 da ordem do dia, por não ser necessário, havendo já uma autorização genérica anterior.-----

- Informação de 4 de abril de 2019, subscrita pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr. Rui Valente, dando conta que, no seguimento da comunicação do SATAPOCAL – Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL, foi criada a conta 10.03.01.05, em que se previu 190.269,00euros, de acordo com o mapa XIX da Lei do Orçamento de Estado, por contrapartida da redução da conta 06.03.06 – Estado – participação comunitária em projetos cofinanciados. Este procedimento não alterou o valor total do Orçamento. Esta informação e seu anexo, ficam arquivados na Pasta Documentos das Sessões.-----

- Correspondência recebida, salientando dentre a mesma, o Relatório e Contas da ANAM (entrada n.º 93, de 04.04.2019), disponível para consulta.-----

2019.04.23

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu ainda conhecimento dos convites recebidos desde a última sessão ordinária (22 de fevereiro de 2019), os eventos em que a Assembleia Municipal esteve presente e por quem se fez representar nos mesmos. -----

Por fim, deu ainda conta do Programa das Cerimónias evocativas do 25 de abril, apelando à presença de todos, dada a solenidade da data.-----

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 22 de fevereiro de 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva deu nota que, nas propostas das atas hoje em apreciação, vão ser repostos os títulos académicas aos convidados e demais, omitindo-se apenas a menção aos títulos académicos no caso dos eleitos locais, conforme atempadamente consensualizado nesta Assembleia.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária de 22 de fevereiro de 2019, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes.-----

c) Aprovação da ata da sessão extraordinária de 15 de março de 2019: A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão extraordinária de 15 de março de 2019, por maioria de vinte e seis votos a favor e uma abstenção, da Deputada Municipal Adriana Helena da Silva Rodrigues, por não ter participado na referida sessão.-----

d) Aprovação da ata da sessão extraordinária de 27 de março de 2019: A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão extraordinária de 27 de março de 2019, por maioria de vinte e seis votos a favor e uma abstenção, do Deputado Municipal José Augusto Tavares Ferreira, por não ter participado na referida sessão.-----

Chegou à sessão o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida.-----

2019.04.23

e) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: Usou da palavra o Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga, proferindo a seguinte intervenção, que se transcreve conforme pedido expresso do PSD: “Foi aprovada aqui a ata de 22 de fevereiro de 2019, e eu venho cá comentar uma intervenção na página 15 [da proposta] pelo Sr. Presidente da União de Freguesia de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho. Eu relembro que, a assembleia municipal, na sessão de 24 de novembro de 2018, houve um ponto da ordem de trabalhos que se referia à atribuição de um subsídio de vinte mil euros à União de Freguesia. Antes do debate, eu informei a Mesa que estava impedido de discutir esse ponto, e foi-me concedida autorização para sair da sala, portanto eu não participei, não ouvi, não disse nada. Espanta-me ver nesta ata, na página 15, as palavras do senhor Presidente da Junta e passo a citar: “No uso da palavra o Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, disse que um membro da Assembleia que, até é de Codal, questionou o apoio concedido àquela Freguesia, pelo que versou a sua intervenção sobre o apoio financeiro de vinte mil euros atribuído e onde o mesmo foi aplicado, designadamente na escola de Codal. Considerou a intervenção daquele membro uma perda de tempo.” Na página 20, eu que ouvi esta intervenção do referido Presidente da União de Freguesias, pedi a palavra e disse: “Sobre a intervenção do Sr. Presidente da União de Freguesias, quis saber se a si se dirigia, uma vez que não participou no ponto em questão, mas em caso afirmativo pretende usar da palavra para defesa da honra.”. Eu lembro que a seguir o Sr. Presidente da Assembleia, não disse nada, o Sr. Presidente da União de Freguesias não disse nada, e agora vejo esta intervenção dirigida à minha pessoa, que considero ofensiva, porque se eu não estive na assembleia do dia 24 de novembro, não participei, não tenho de explicar ao Sr. Presidente e à Mesa o motivo do

2019.04.23

impedimento. Nunca vi nem ouvi, nas reuniões da Câmara Municipal públicas - e li as não públicas, e, em todas as sessões da Assembleia Municipal de 2009 até hoje, nunca vi nenhuma pessoa, que se tenha mostrado impedida, explicar à Mesa e à Câmara os motivos. No dia 24 quando eu saí da sala, ainda houve aqui uns comentários do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Henrique Dias que já falamos sobre isso. Mas, agora ao ler a ata, considero as palavras ditas aqui ofensivas, ditas pelo Presidente da União de Freguesias. Quem ler isto em sua casa, de uma maneira crua, sem contexto, até diz que eu sou contra a freguesia. É lamentável que eu não tendo estado presente por impedimento na discussão do ponto, ter pedido explicações na sessão de 22 de fevereiro de 2019, que ele não deu, e o Sr. Presidente e a Mesa não deu nenhuma palavra, e nem tem de dar, o próprio é que tem de dar. Agora estão aqui palavras que considero ofensivas e injuriosas. Não sei o que é que cada um dos membros da bancada do CDS, do PSD e do PS, pensa. Quando estamos impedidos temos de levar até as últimas consequências o ato de impedimento, coisa que já eu aqui assisti, que houve pessoas, que não refiro o nome, que se mostraram impedidas, quer em reuniões da Câmara Municipal, quer em sessões da Assembleia Municipal e não levaram esse impedimento até às últimas consequências. Se alguém quiser explicações, dou cara a cara, para não falar em nomes. Com isto acabo a minha intervenção, eu não estive presente na discussão do ponto da atribuição dos vinte mil euros à União de Freguesias, na sessão de 24 de novembro de 2018, e é inqualificável que citem o meu nome e a minha pessoa, sem eu estar presente.”---

O Sr. Presidente da Assembleia, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, disse que, como o próprio referiu não cabe à Mesa sindicar a intervenção de quem quer que seja, apenas o controlo dos tempos. -----

No uso da palavra o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferiu a seguinte intervenção, após cumprimentar os presentes:

2019.04.23

“Da nossa parte exigimos que toda a intervenção detalhada do Deputado Municipal Albano Braga fique expressa em ata, ponto a ponto, vírgula a vírgula e, em seguida, peço à pessoa citada, que se retrate ou que assuma as consequências do registo em ata e dos passos seguintes ao registo em ata.-----

O Passe Único entrou em vigor a partir de 26/03/2019. Um passe – 17 Municípios, informação veiculada pelo Partido Socialista.-----

Câmaras estão a construir casas para arrendar a preços controlados.-----

Marcha lenta em Beja/Alentejo onde Barrancos, Moura, Mourão e Vidigueira protestaram contra a degradação das estradas (responsáveis autárquicos estiveram presentes). População de quatro Concelhos protestou por causa das más condições das vias.-----

Notamos no nosso Concelho que faltam políticas que conciliem família e trabalho.

Oliveirense Ana Pinho continua no Governo a exercer funções de Secretária de Estado da Habitação cargo que assume desde 2017.-----

Sanjoanense Pedro Nuno Oliveira Santos nomeado Ministro das Infraestruturas e Habitação no XXI Governo Constitucional.-----

Arouquense José Artur Tavares Neves nomeado Secretário de Estado da Proteção Civil. Destaca-se na área da Prevenção aos fogos florestais e da prevenção rodoviária.-----

Falta de passeios na ER227 obriga peões a fintar carros/postes/caixotes do lixo/poças de água e desníveis de terreno. Autênticas “ratoeiras humanas”. Na ata de 22/02/2019, página 17, o Senhor Presidente da Câmara frisou acerca dos passeios e passadeiras na ER 227, o que passo a citar: “sobre passeios e passadeiras na ER227, já deu resposta anteriormente. Mas voltou a frisar que conseguiu passeios até à Relva e que tem insistido com a Infraestruturas de

2019.04.23

Portugal em levar as mesmas até à Vicaima. E que haverá esforço acrescido na IP na resolução deste problema.” Questões: 1) E a escola primária de Codal face à ER227? 2) E o percurso até Arrifaninha? 3) Qual foi a resposta anteriormente? 4) Com quem tem tratado? Tem documentação escrita? Se sim agradecemos no-la faculte na íntegra. 5) Data início da sua insistência junto das Infraestruturas de Portugal. Quando? Agradecemos resposta nos termos da Lei.-----

Revisão do PDM: Senhor Presidente da Câmara, relativamente à revisão do PDM, que deverá estar concluída a 22/07/2020, solicitávamos que informasse esta Assembleia se já foi constituída a equipa técnica para proceder a essa revisão e em caso afirmativo nos informasse, por escrito, da constituição da mesma assim como solicitava nos informasse se a Câmara Municipal possui cartografia homologada e válida para a execução do PDM.-----

Por último: Gostaríamos de saber se os limites do Concelho são os previstos na CAOP ou se estão a ser encetadas negociações no sentido de as ajustar.”-----

De seguida, interveio o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida que, após cumprimentar os presentes, salientou a inauguração a ocorrer no Porto no próximo dia 10 de maio, de mais uma fábrica de *software* da Talkdesk no nosso País, cujo fundador, CEO e dos mais importantes acionistas, Tiago Paiva, é oriundo da Freguesia de Rôge. Considerou-o mais um exemplo de empreendedorismo que bem caracteriza a dinâmica e arrojo da população Cambrense.-----

Deu ainda nota que, no próximo dia 7 de maio, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, será apresentado o *Rating* Municipal Português, importante instrumento de classificação do desenvolvimento sustentável do Município. -----

2019.04.23

Felicitou a Câmara Municipal pelo Plano Estratégico de Turismo para Vale de Cambra, em elaboração, bem como pela Entidade escolhida para o elaborar - o IPDT - Turismo e Consultoria. Referenciou ainda a importância e oportunidade da apresentação pública efetuada e, referindo-se ao diagnóstico que dele fará parte integrante, afirmou que, com certeza, se vai basear nos recursos e capacidades existentes, salientando que, de entre outros, devem ser tidos em conta, a imagem do concelho, a segurança e os recursos humanos e financeiros disponíveis, pois que o investimento na área do turismo é de risco considerável e de prolongado *payback*, lento no tempo, até porque, na sua opinião, Vale de Cambra terá sempre uma exploração turística assente num *RevPar (revenue per available room)* médio não muito elevado. -----

No usa da palavra a Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues, proferiu alguns considerandos sobre o CAE – Centro de Artes e Espetáculos, e solicitou por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal a apresentação pormenorizada do que está previsto para aquele espaço, designadamente capacidade do auditório, e se a mesma garante o pagamento dos artistas e o funcionamento do espaço. Sugeriu que, no CAE fosse pensado um espaço que permitisse assistir a espetáculos e concertos em pé, que permita dançar, ou que seja possível retirar facilmente as cadeiras. Mais solicitou que se defina, como prioridade, o Plano Estratégico Cultural de Vale de Cambra, que envolva todos os agentes, privados, públicos, associações, escolas, consideradas todas as dinâmicas já existentes, formas de estimular a criação de outras ainda inexistentes, criação e fidelização de públicos.-----

De seguida, proferiu a seguinte intervenção que se transcreve a seu pedido: “Depois tenho uma outra questão, esta é uma questão mais delicada e, eu não redigi nada sobre ela, venho aqui de alma aberta para falar de um assunto que acho bastante delicado e que tem a ver, Sr. Presidente, com o facto, não me

2019.04.23

recordo se foi na última assembleia, se foi há duas assembleias atrás, o Sr. Presidente ter chamado os líderes de bancada para dar uma justificação a propósito de uma busca que houve à Câmara Municipal, como certamente muitos de vocês já conhecerão este tema, das lojas interativas de turismo. E trago este assunto que, na minha perspetiva, é muito delicado para esta Assembleia Municipal, apenas por uma questão de considerar que somos todos pessoas de bem e existe entre nós um relacionamento de confiança e de alguma estima e amizade, e acho que, nesta circunstância as coisas poderiam ser tratadas de outra forma. E vou diretamente ao caso, cingir-me a esta questão em particular, quando o Sr. Presidente nessa apresentação que faz e poderia perfeitamente ter falado comigo, que fomos colegas no executivo anterior, sabemos perfeitamente de que forma surge e de como é feita a candidatura às LIT (Lojas Interativas de Turismo), poderia ter havido aqui uma palavra de pelo menos consideração comigo que era do executivo anterior, dado que nunca tivemos essa conversa. O Sr. Presidente diz, pareceu-me, e isto foi aquilo que me disseram, porque nunca tivemos esta conversa, que a responsabilidade seria do executivo anterior.”

Interrompeu o Sr. Presidente da Câmara referindo nunca ter dito isso. Na sequência, a Deputada Adriana Rodrigues, disse: “Pronto, fico satisfeita que realmente o diga, porque realmente é exatamente isso que se passa porque este processo é partilhado pelo executivo anterior, do PPD/PSD. E, aqui Sr. Presidente eu voltava a tocar neste assunto. Eu gostaria mesmo muito que fosse possível a colocação das atas anteriores a 2013, no site da Câmara Municipal. Fala-se muito aqui, e já se falou, da importância de termos um site com um ranking elevado em termos de transparência. Acho que era importante para podermos consultar aquilo que foi dito e feito noutras alturas por outro executivo que não apenas o meu que foi de 2009 a 2013, porque ajudaria e muito a esclarecer muitas dúvidas que são levantadas. Era apenas esta a consideração que gostaria de deixar Sr.

2019.04.23

Presidente, dizer que efetivamente as LIT são um projeto que na sua essência muito nos deve orgulhar, é um processo sensível que está em segredo de justiça, de certeza que nenhum de nós terá acesso ao que se está a passar e que está obviamente em segredo de justiça. Mas é uma loja que na sua essência tem uma base conceptual importante, que foi uma passo gigante para os municípios, não só de Vale de Cambra mas para os 86 Municípios que constituem o Porto e Norte de Portugal. Todas as questões legais daí inerentes, passam-nos ao lado. Apenas, gostaria aqui de esclarecer que os únicos dados a que consegui recorrer com toda a certeza - porque não podemos recorrer à memória que muitas vezes nos atraiçoa -, a que consegui aceder para ver até onde iria a responsabilidade, entre aspas, do PPD/PSD, foi consultar a Basegov e ver que efetivamente os contratos que são estabelecidos para adjudicação dos contratos são já em 2014, são já deste executivo. E, não estou aqui, Sr. Presidente, a imputar responsabilidades de nada, porque é um projeto partilhado por ambos os executivos, e eu assumo claramente as minhas responsabilidades neste processo.”-----

De seguida, interveio o Sr. João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, congratulando-se com o alcatroamento feito no lugar de Santo Aleixo, pedindo o seu prolongamento até ao Vale Grande, e perguntando ao Sr. Presidente da Câmara se há essa intenção.-----

Perguntou, também, sobre o ponto de situação das negociações dos limites administrativos respeitantes às Freguesias de Macieira de Cambra e de Chave, respetivos Concelhos de Vale de Cambra e Arouca.-----

Por fim, voltou a referenciar a degradação do pavimento no Centro de Macieira de Cambra, já objeto de comunicação escrita à Câmara Municipal, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara qual o ponto de situação.-----

2019.04.23

Concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, respondeu: -----

- ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra que, nesta fase, só está previsto o alcatroamento até Santo Aleixo, disponibilizando-se para ir ao local, para posterior análise do referido prolongamento.-----

- quanto aos limites da CAOP, esclareceu que foram iniciadas negociações há três anos, que os limites com Arouca têm de ser ajustados em toda a extensão. Das reuniões técnicas e políticas havidas entre os dois Municípios ainda não se obteve resultados. O mesmo aconteceu no caso das negociações com o Município de Oliveira de Azeméis. Neste último caso, não houve sequer abertura para tentar um acordo quanto aos limites nas Baralhas, Teamonte e Codal.-----

- em relação ao pavimento do centro de Macieira de Cambra, a necessitar de intervenção, terão de programar a mesma. Não foi dado ainda nenhum passo no sentido da sua resolução, mas não invalidada que não o venha a ser.-----

- Relativamente à intervenção da Deputada Municipal Adriana Rodrigues, referiu que a Policia Judiciária veio à Câmara Municipal com um mandato de apreensão da documentação afeta a todo o processo da Loja Interativa de Turismo de Vale de Cambra, tal como nos outros municípios. Se alguém veiculou à Sr.^a Deputada que incriminou ou disse que a responsabilidade era do PSD, nunca o disse a ninguém, até porque há intervenção do PSD e do CDS neste processo que se iniciou com o executivo PSD, no qual era Vereadora, e continuou no mandato CDS/PP do qual o Sr. Presidente faz parte.-----

- Quanto ao CAE, deu conta das reuniões havidas, bem como da sessão pública que teve lugar na Biblioteca Municipal, com convite a todas as associações do Concelho. De seguida, deu conta da disposição do espaço, previsto para o edifício e da lotação da sala de espetáculos que ronda os 498 lugares. Abordou

2019.04.23

ainda a participação do Eng.º João Aidos no projeto de arquitetura e a sua disponibilidade para trabalhar, também, no Plano Cultural.-----

- ao Deputado José Soares disse que as notas que referiu são importantes, designadamente quanto ao ranking dos Municípios, ao que o Município estará atento;-----

- sobre o Plano Estratégico de Turismo, referiu-se à apresentação pública da estratégia desenhada para o mesmo, no sentido da recolha de contributos e partilha com a sociedade. Futuramente poderão fazer outra sessão mais profunda sobre o Plano que pretende interligar todas as potencialidades de Vale de Cambra e as iniciativas individuais já em curso, definindo ações. -----

- quanto aos passeios da ER 227, corrobora com a perigosidade que os mesmos apresentam por não estarem concluídos, sendo uma competência da Infraestruturas de Portugal. Espera que a empreitada seja concluída dentro do prazo previsto, mas que a mesma sofreu algumas alterações desde o seu início, estando a ser ponderadas pelo IP.-----

- em relação à equipa do PDM, referiu que hoje a equipa fez uma informação para todos os presentes, partilhando alguns passos que estão a ser dados. A preocupação será manter a Assembleia Municipal e a sociedade Valecambrense sempre informada, também, para a importância de participarem nesta Revisão. Informou que a equipa contratada é composta por quatro pessoas, que estão no gabinete do PDM, tendo ainda identificado as suas áreas profissionais. Mais informação fará chegar por escrito, de acordo com o solicitado.-----

Tomou da palavra o Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga intervindo sobre o CAE, defendendo a aquisição do antigo cinema pela Câmara Municipal e seus objetivos. Quanto à documentação que tinha sido enviada para o ponto 8 disse que não era útil, mas que a explanação que o Sr.

2019.04.23

Presidente da Câmara fez sobre o mesmo já o foi. A base de três milhões de euros e um cêntimo para o concurso é muito pesada, e que, pessoalmente, trocava parte desse investimento para ser empregue em políticas que visem o aumento da demografia e de recursos humanos qualificados - os incentivos sociais que tem vindo a falar desde há muito.-----

Sobre esta intervenção o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que aquela foi uma oportunidade única, quer na sua aquisição, quer no financiamento conseguido para uma obra de tal envergadura. O investimento naquele espaço por parte do Município não tem objetivamente um peso financeiro tão grande quanto se possa pensar, pois o financiamento assegurado é de 85%. Vale de Cambra sairia penalizado se não se aproveitasse esta oportunidade. Concorde, também, com as propostas de reforço da natalidade, mas que outros municípios que o fizeram não tiveram o resultado esperado. Mas, políticas para a juventude são sempre bem vindas.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C),

DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE

SETEMBRO: Aberta a apreciação do ponto, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, disponibilizou-se para prestar esclarecimentos adicionais, porquanto a informação é detalhada.-----

No uso da palavra o Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida, referiu, o que a seguir se transcreve, de acordo com documento entregue à Mesa: “No documento que o Sr. Presidente nos fez chegar com 55 páginas e 5 anexos, referem-se algumas situações que enfocam no problema

2019.04.23

que o Presidente da Junta de Macieira de Cambra levantou. É que não só no documento que o Sr. Presidente apresenta, como na informação que diariamente vemos, há acidentes graves que têm custos permanentes enquanto vivo para o acidentado, suportados pela Autarquia ou pela Junta de Freguesia. Podem ocorrer de facto aí situações desagradáveis, recomendava ao Sr. Presidente da Câmara que mandasse fazer o serviço de reposição do pavimento em Macieira, o mais breve possível.-----

Relativamente à questão do Sr. Albano Braga dos dinheiros para questões especiais, é importantíssimo. Nós com o nosso contributo de parcerias de boa vontade com a maioria CDS que governa a Câmara, vamos sugerindo algumas, e nas questões que hoje ponho, já se percebe algumas propostas que podem trazer bons resultados. -----

Página 30: Relativamente aos dados fornecidos referentes ao número de instalações ativas de água constatamos que em 2017 existiam 6921 no mês de Janeiro a que correspondem 33.535m³ de água faturada. Em período homólogo relativo ao ano de 2018, constatamos que existiam 7171 instalações a que correspondiam 25.853m³ faturados, valor este substancialmente abaixo do valor referido para 2017. Em 2019, para um valor equivalente em instalações a 2018, os m³ faturados foram de 44.386, pelo que solicitamos ao Senhor Presidente da Câmara que esclareça a discrepância de valores, nomeadamente no que se refere a 2018.-----

Página 32: Relativamente ao quadro interrupção de abastecimento de água e cortes constatamos que, após reiterada preocupação do PPD/PSD sobre as dívidas de consumo de água, que os cortes no primeiro trimestre de 2019 superaram os cortes dos primeiros semestres de 2017 e 2018. Os mapas de 2017

2019.04.23

e 2018 não refletem o segundo semestre. Como se explicam estas duas situações? A) mais cortes em menos tempo B) e mapas incompletos.-----

Página 32: Relativamente ao quadro de recibos de água processados e cobrados também constatamos que em novembro não se cobraram 1.647 faturas e em dezembro de 2018 1.419 e em janeiro e fevereiro de 2019 esse valor também ascendeu a um milhar de recibos não cobrados. O que é que o Senhor Presidente da Câmara tem feito no sentido de recuperar esta receita que é devida à Autarquia?-----

Página 36: Na rúbrica das empreitadas, solicitamos que o Senhor Presidente da Câmara nos informe quais as vias que foram pavimentadas nas Freguesias de São Pedro de Castelões, Rôge, Arões e União de Freguesias, no valor de 135.727,76€-----

Página 37: Na empreitada reabilitação do Centro Desportivo CEAJ solicitamos que o Senhor Presidente da Câmara nos informe a que a mesma se reporta.-----

Página 47: Relativamente aos contratos celebrados alertamos o Senhor Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal ordinária de não ter sido objeto de informação, por parte do Senhor Presidente da Câmara aos membros desta Assembleia, a aquisição de serviços de fiscalização da obra da recuperação da Biblioteca Municipal. Na informação que o Senhor Presidente da Câmara hoje nos apresenta continua a estar omissa essa contratualização pelo que voltamos a perguntar a que se deve tal fato, uma vez que julgamos que não pretenderá esconder nada a esta Assembleia.-----

Há uma questão aqui na água, que feitas as contas, do valor a cobrar mais de 90% poderá ficar por cobrar.”-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, respondeu:-----

2019.04.23

- que as pavimentações nas freguesias de São Pedro de Castelões, Rôge, Arões e União de Freguesias, incluíram pavimentações nos Lugares do Valinho, Codal (Rua das Oliveiras), uma ou duas em S. Pedro de Castelões, acrescentando que a empreitada ainda não está concluída, não podendo prestar mais esclarecimentos.-----

- que o pavimento do campo de jogos do CEAJ, isto é, o Centro Educativo de Arões/Junqueira, era muito abrasivo para as crianças, que se aleijavam com frequência, portanto por uma questão de segurança teve de ser requalificado.-----

Ficou estabelecido que responderá às outras questões em próxima sessão. Quanto às perguntas sobre a água, solicitou que o Vereador do Pelouro, José Pinho, respondesse.-----

Concedida a palavra ao Sr. Vereador José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, o mesmo esclareceu que os consumos nas instalações ativas não são iguais todos os meses, que até pelas condições meteorológicas poderá uma variação proporcional entre as instalações ativas e os m³ faturados. Tendo efetuado algumas contas, que apresentou (mês janeiro – 2017: média 4,85l por instalação, em 2018: 3,60m³ e em 2019: 6,1m³), concluiu que a média não é muito variável. Quanto às tabelas, admite poder tratar-se de uma gralha, de qualquer forma reporta-se a atividade entre janeiro e março. Esclareceu que os mapas de recibo de água, por local de cobrança, refere-se aos recibos pagos em tempo útil, muitos mais foram pagos depois da data.-----

O Deputado Municipal António Augusto Pinho esclareceu que ao colocar a questão não exige uma resposta imediata, que o Sr. Vereador do Pelouro pode analisar a questão e depois responder posteriormente, pretendem sim que seja alvo de análise e esclarecimento, no sentido de colaboração, de forma calma e tranquila, com os dados corretos.-----

2019.04.23

O senhor Vereador retomou a palavra referindo que tem de estar por dentro dos assuntos, que esta foi a sua primeira impressão, mas que irá verificar e confirmar e que oportunamente dará o *feedback*.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 15 de abril, acerca da atividade do Município e situação financeira, no período de 5 de fevereiro a 5 de abril de 2019.-

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018 - Deliberação da Câmara Municipal de 9 de abril de 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva deu início à apreciação do ponto n.º 2, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 9 de abril de 2019.-----

Deu conta que o Dr. Rui Pinho, Revisor Oficial de Contas, informou que não poderá estar presente na sessão, mas que a Certificação Legal de Contas foi entregue aos serviços financeiros da Câmara Municipal, na pessoa do Dr. Rui Valente, que se encontra presente. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva informou da disponibilidade do Vereador do Pelouro e do Chefe da DAF (Divisão Administrativa e Financeira), Dr. Rui Valente para prestar os esclarecimentos necessários à Assembleia Municipal. -----

Concedida a palavra ao Vereador com o Pelouro das Finanças, António Alberto Almeida de Matos Gomes, apresentou as contas de 2018, salientando o controlo rigoroso das mesmas, a estabilidade financeira e os resultados alcançados, tais como uma margem superior a oito milhões de euros, inexistência de pagamentos em atraso e um prazo médio de pagamento de 9 dias. A taxa de execução do orçamento da receita foi de 88%. Frisou ainda a política de redução de impostos seguida pelo executivo.-----

2019.04.23

Referiu a necessidade de uma revisão ao orçamento, por conta do resultado aritmético da diferença dos saldos dos movimentos entre recebimentos e pagamentos, cujo saldo orçamental a transitar para o exercício económico de 2019 é de 5.152.903,94€ - ponto quatro da ordem do dia.-----

Tendo o resultado líquido do exercício atingido um valor positivo de 2.604.881,60€, deu conta da proposta de aplicação desse resultado, a apreciar no ponto seguinte da ordem do dia.-----

No uso da palavra o Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferiu a seguinte intervenção: “Sobre a prestação de contas e dos documentos técnicos inerentes às mesmas nada temos a objetar uma vez que os mesmos têm o parecer favorável do revisor oficial de contas. No entanto, gostaríamos de referenciar os seguintes aspetos:-----

1º) A dívida da Câmara Municipal é de, neste momento, 11.784.846,52€. Considerando que o Senhor Presidente da Câmara recebeu em 2013 uma dívida de cerca de 16.500.000,00€, verificamos que o desempenho na redução da dívida está muitíssimo aquém do desempenho do mandato anterior do PPD/PSD, porque, para além de realizar investimento reduziu a dívida em 8.000.000,00€ ou seja, 2.000.000,00€/ano. Muitíssimas obras e uma redução de dívida comparada superior.-----

2º) Impostos Diretos: A Câmara Municipal tem vindo a aumentar as receitas dos impostos consecutivamente de 2015 a 2018, e o imposto que mais contribui para esta receita é o IMI, o que vem dar razão ao PPD/PSD quando defendeu a sua redução para o mínimo. Aliás, posição esta que sempre foi defendida pelo então vereador, José Pinheiro. Esperamos que, no corrente ano, o IMI seja reduzido para o mínimo e não voltarmos a assistir a reduções ridículas a pensar em calendários eleitorais. -----

2019.04.23

3º) Balanço - Dívida da água: Senhor Presidente da Câmara, relativamente à dívida da água e saneamento, constatamos que, só no ano de 2018, esses valores ascendem a 250.000,00€. Constatamos também que a possibilidade da Câmara não cobrar este valor é de 95%. Diga-nos na sua opinião, o que vai acontecer. Ver rúbrica 218, do Balanço.”-----

De seguida interveio o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida que, após fazer referência à competência fiscalizadora da Assembleia Municipal, fez uma breve análise das contas, no plano da forma e da substância. Quanto à forma, salientou a boa ordem, clareza, transparência e respeito pelas normas do POCAL. Salientou que a Certificação emitida pelo Revisor Oficial de Contas não tem quaisquer reservas, nem qualquer comentário negativo às contas. No plano da substância, e no que à Câmara Municipal diz respeito, as contas de 2018 apresentam notáveis equilíbrios financeiro de tesouraria, sendo disso demonstrativo o aumento verificado no ativo do Balanço, a redução da rubrica de empréstimos bancários em cerca de 900 mil euros, a capacidade de endividamento de 8 milhões de euros, os Depósitos bancários de 5,8 milhões de euros e o prazo médio de pagamento a fornecedores de apenas 9 dias. Acrescentou que a política fiscal assumida há cinco anos tem-se revelado acertada, pois que mesmo tendo decidido baixar as taxas dos impostos ainda assim verificou-se um aumento da receita arrecadada dos impostos indiretos (casos do IMI, Derrama Municipal, para além do IUC e IMT, cujas taxas já não dependem da autarquia). No que se refere ao IMI, pese embora o recente aumento do valor referência do m2 de construção (estabelecido por Portaria em dezembro/2018) para a determinação do VPT, tendo em conta a redução de taxa deliberada pelo Município, os Munícipes vão pagar menos de IMI em relação ao ano anterior.-----

2019.04.23

Sobre a intervenção do Deputado António Augusto Almeida referiu que, não fora a contração do empréstimo de 7,5 milhões de euros para financiamento da aquisição do parque subterrâneo, a dívida teria sido apenas de cerca de 4 milhões de euros. Quanto à taxa de IMI quando este Executivo iniciou funções era 3,5‰ e agora é de 3,15‰, o que permite uma poupança de 350€/ano no caso dos proprietários de prédios urbanos com um valor patrimonial tributário de cem mil euros.-----

Intervenção do Deputado Municipal independente, Albano Oliveira Braga referindo que o Relatório de contas 2018 é consequência do plano de atividades aprovado em 2017, o qual votou contra pelas seguintes razões: não é preocupação do Executivo as políticas sociais no âmbito da demografia e dos recursos humanos qualificados. A Câmara apresenta resultados líquidos positivos cada vez maiores, mas não é nuclear que uma autarquia que tem funções sociais tenha resultados grandes, pois que isso é à custa de gastar menos dinheiro. O investimento nas questões sociais é para o futuro, de médio e longo prazo, que se não foi feito, daqui a 15 anos terão menos 5mil pessoas no concelho. Referenciou também a falta de apoio ao associativismo - aquelas associações que cuidam das crianças, os Ranchos, as Bandas, é a nossa identidade! Uma vez que as empresas também não contribuem para a causa social, pelo que as receitas provenientes da derrama poderiam ser empregues na área social.-----

No que se refere aos limites administrativos entende que o Executivo tem de se impor, e tentar resolver de uma vez por toda esta situação. Já no que diz respeito às Baralhas pensa que a única solução será uma ação administrativa.-----

Relativamente à análise feita às contas, foi referida a transparência, que acha não existir pois que este ano não foi enviado, com os documentos da sessão, o Mapa de antiguidade de saldos, listagem devedores de água. Que posteriormente o

2019.04.23

pediu e não lhe foi facultado. Quer comparar com listagens anteriores e ver o perfil do devedor, quando houve crise no concelho até se entende o número de devedores, mas se agora os dados mostram que se vive melhor, é preciso que se explique porque os munícipes, as empresas e os serviços devem mais à Câmara. Obviamente o documento não é para andar a espalhar. -----

Disse que, as dívidas contingentes continuam a acontecer, que surgem uns acordos que parecem “manhosos”, porquanto não há acesso a toda a informação/acordo entre as partes dos assuntos jurídicos pendentes. Referiu quanto à Certidão em tempos por si solicitada, que ainda hoje não sabe da questão.-----

Vota contra por uma questão de principio e coerência, por não concordar com as políticas seguidas pelo executivo.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, quanto ao requerimento do Sr. Deputado, informou que, seguiu para a Câmara Municipal, só não o seguiu de imediato por lhe ter suscitado duvida quanto à proteção de dados. Que da resposta, independente de ser ou não fora do tempo para a deliberação, será dado conhecimento aos membros da Assembleia-----

Novamente no uso da palavra o Deputado Municipal Albano Braga agradeceu a explicação, mas que não suporta tecnicamente, pois que no seu carro tem listagens, com nomes de empresas, prestadores de serviços, débitos e créditos. -----

O Sr. Presidente da Assembleia ressaltou que não afirmara que tinha razão, apenas que tinha tido dúvidas.-----

O Deputado Municipal António Augusto Almeida, em intervenção complementar, referiu: Caro amigo deputado municipal José Soares, a intervenção que acaba de fazer aborda, no meu entender, o tema de uma forma desfocada. 1) O Parque de Estacionamento subterrâneo, na cidade, tem um valor

2019.04.23

muito inferior ao investimento feito à época pelo PPD/PSD (no contexto do total dos investimentos feitos pelo PPD/PSD). 2) Esta obra foi aprovada pelo atual vice-presidente e atual Presidente da Câmara.-----

O senhor Deputado Municipal José Soares abordou fundamentalmente a realidade do centro urbano, onde o Senhor Presidente da Câmara gasta atualmente dinheiro de forma excessiva. Não abordou a qualidade de vida das pessoas. Não abordou a questão da fixação de jovens e novos residentes. Não abordou a questão da desertificação e das periferias.-----

Conforme disse o ano passado, se é para gerir contas temos os serviços administrativos que têm feito um excelente serviço, conforme diz o deputado municipal Albano Braga, será que vamos ter população para usufruir do Centro de Artes e Espetáculos?-----

A desinvestir continuamente, um dia destes não vamos ter nem défice nem população. Somos assimilados.”-----

O Sr. Deputado José António Abrantes de Almeida Soares quis esclarecer na sua anterior intervenção tinha cometido um lapso, ao ter referido que as pessoas poupavam 350euros (IMI), quando o que queria dizer era que passavam de 350euros para 315euros.-----

Referiu de seguida, compartilhar da opinião do Deputado António Augusto Almeida, também reconhecendo que a periferia do Concelho passa um período de grande desertificação. A título de exemplo referiu a perda de 25% de população na Freguesia de Arões, entre os censos de 2001 e de 2011.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que o Deputado José Soares fez uma apresentação muito clara e perçetiva no que às contas diz respeito, pelo que nada mais havia a acrescentar.-----

2019.04.23

No que se refere às obras no centro da cidade, referiu que são para o bem de todos, da mobilidade e da descarborização. Mais uma vez, lembrou das tipologias do Portugal 2020: mobilidade urbana sustentável (Requalificação de passeios e ciclovias) e a regeneração urbana (onde se incluíram as obras do CAE, Mercado Municipal e Biblioteca Municipal). O financiamento é limitado à área urbana. Ao criticarem as obras no centro estão a criticar as diretivas nacionais, um contributo do Governo anterior e de um Secretário de Estado do PSD. Garantiu esforço continuo na procura de novos financiamentos e candidaturas, do que são prova as três obras a avançar, brevemente, no interior do Concelho: Casa da Cota/Centro Interpretativo da Freita, a Casa da Broa de Paraduça e a Praça de Junqueira. Deu ainda nota que, em breve será executada a candidatura para a eficiência energética, com a substituição de mil luminárias para a tecnologia *led*. --

Intervenção de seguida, o Vereador do Pelouro das Finanças, António Alberto Almeida de Matos Gomes, referindo não ter tido conhecimento do pedido do Deputado Albano Braga, mas que a referida listagem está presente e pode ser consultada, ali ou na Câmara Municipal. Quanto à disponibilização de cópias, será pedido um parecer à Comissão de Proteção de Dados, face à implementação do Regulamento de Proteção de Dados.-----

O Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga que ficou sem palavras perante as explicações dadas pelo Sr. Vereador, pois que a Assembleia Municipal tem competência fiscalizadora, como tal tem de ver os documentos antes da tomada de decisão. Dando conta de duas situações ocorridas, num caso dentro da Autarquia, noutra numa instituição, referiu pretender o envio da listagem sem reservas, pois que não será para andar a divulgar a mesma (se o fizer é correto que se levante um processo crime), mas para analisar o perfil do consumidor e dos consumos de água. Se a mesma não lhe for fornecida, pode

2019.04.23

mesmo levantar o problema de não estar em condições de votar o ponto por não ter visto a referida listagem.-----

O Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares Almeida referiu: “Só uma nota muito breve, para dar ajuda. Há bocado quando eu falei de um Oliveirense, de um Arouquense e de um Sanjoanense, que são Secretários de Estado, Ministros, etc, eu quis dar a ideia que podemos fazer *lobbies*. Tal e qual como o Deputado José Soares e Deputada Adriana, temos de procurar parcerias de boa vontade, neste caso de *lobbie*. E como é que se faz? A Associação Comercial e Industrial de Arouca tem pessoas de Arouca, que podem chegar próximo do Secretário de Estado da Proteção Civil, podem conhecer outros. Formemos *lobbies* no concelho, com pessoas que estão próximas para gerir forças no sentido de procurar as soluções que precisamos para o Concelho.”-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2018, por maioria de vinte e sete votos a favor e um voto contra, do Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga.-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga: “Eu voto contra o Relatório de Contas de 2018, pelas razões que referi na minha intervenção na discussão do ponto.”-----

3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2018 - Deliberação da Câmara Municipal de 9 de abril de 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação deste ponto, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 9 de abril que aprovou a proposta do Chefe da DAF de 4 de abril de 2019.-----

2019.04.23

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, aplicar o resultado líquido do exercício de 2018, com a seguinte distribuição, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 9 de abril:-----

Reserva legal: € 130.244,08 (5% do Resultado Líquido do Exercício);-----

Resultados transitados: € 2.474.637,52.-----

4. PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2019 - Deliberação da Câmara Municipal de 9 de abril de 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação deste ponto, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 9 de abril que aprovou a proposta do Chefe da DAF de 4 de abril de 2019.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a primeira revisão ao Orçamento de 2019, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 9 de abril de 2019, por maioria de vinte e cinco votos a favor e três abstenções (dos Deputados Municipais do PS - Albino Luís Soares de Almeida e Ana Maria Silva, e do Deputado Municipal Independente Albano Oliveira Braga). -----

5. SUSPENSÃO DA APLICAÇÃO DO PLANO INERENTE AO PAEL (PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL) - Deliberação da Câmara Municipal de 9 de abril de 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação deste ponto, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 9 de abril, nos termos e fundamentos da informação do Chefe da DAF de 4 de abril.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, salientou que, ainda que não seja totalmente claro na Lei a necessidade de proceder ano após ano a esta proposta, por cautela sugere-se que a Câmara Municipal submeta à Assembleia proposta para suspensão da aplicação do Plano inerente ao PAEL.-----

2019.04.23

No uso da palavra o Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferiu a seguinte intervenção: “Pese embora seja pedido pelos serviços a suspensão da aplicação do PAEL, é entendimento do PPD/PSD e dos próprios serviços que esta deliberação é inócua conforme já tivemos oportunidade de o referir, dado que o Município de Vale de Cambra nunca esteve sujeito a regras a que outros Municípios estiveram, como é o caso de Aveiro e Portimão.”- -

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, suspender a aplicação do Plano Inerente ao PAEL, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 9 de abril de 2019.-----

6. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE BANCA NO MERCADO MUNICIPAL - Deliberação da Câmara Municipal de 9 de abril de 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação deste ponto, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 9 de abril, nos termos da informação do Chefe da DAF de 19 de março de 2019.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva explicou que o pedido abrange um período de seis meses, tempo durante o qual existiu constrangimentos devido às obras no mercado municipal. -----

O Deputado Municipal Albino Luís Soares de Almeida quis aproveitar este ponto, dada a pouca utilização do espaço, para sugerir um plano para cativar mais utilizadores, que se arranje uma forma de criar mais atração e melhor utilização daquele espaço.-----

A Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues, quis saber se os outros ocupantes foram todos devidamente informados que, na eventualidade de prejuízo das obras, poderiam pedir esta isenção, com a qual, desde já, concordam.-----

2019.04.23

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que, não havia muita atratividade em ocupar as bancas por falta de conforto, quer para os comerciantes, quer para os clientes. A partir da conclusão das obras, têm um plano para a intervenção também na envolvente do Mercado. Haverá esforço no sentido de angariar a ocupação do espaço, pois que aquele precisa de mais vida e de uma envolvente mais agradável.-----

Para esclarecer a Deputada Municipal Adriana Rodrigues, **a Vereadora do Pelouro Maria Catarina Lopes Paiva** informou que, o Mercado tem muito pouca ocupação, o que está mais ocupado são as lojas, que não foram muito afetadas. Por outro lado, as bancas foram mais afetadas com as obras e, concretamente no caso em apreço, tratando-se de peixe, havendo maior contaminação, o requerente queixou-se do prejuízo efetivo durante o prazo em que as obras foram mais intensas. Daí o requerimento de isenção em apreciação. Se tivessem tido outros pedidos, seriam apreciados de igual forma.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, isentar, o requerente Bruno Miguel Pereira de Carvalho, do pagamento da taxa de ocupação da banca de peixe no mercado municipal, durante os meses de agosto de 2018 e janeiro de 2019, nos termos e com os fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 9 de abril de 2019.-----

7. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COLABORAÇÃO, A CELEBRAR ENTRE A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DAS TERRAS DE SANTA MARIA E O MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA - Deliberação da Câmara Municipal de 9 de abril de 2019: **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, iniciou a apreciação deste ponto, agendado por deliberação da Câmara Municipal de 9 de abril, nos termos da informação do Chefe da DSUOM (Divisão de Serviços Urbanos e Obras Municipais) de 4 de abril de 2019.-----

2019.04.23

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, explicou que tem a ver com o novo concurso para o sistema de tratamentos de água residuais. **Tendo o Vereador do Pelouro José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho** acrescentado que a AMTSM (Associação de Municípios das Terras de Santa Maria) faz a gestão em alta do tratamento das águas residuais, onde existem duas estações de tratamento de água. Findo o contrato que a AMTSM tinha com a Luságua, foi feito novo contrato e por essa via, deu origem a este novo contrato interadministrativo com os vários Municípios. Na ótica do utilizador pagador foi fixado um valor de 18cêntimos por metro cúbico e uniformizado o valor para as duas estações de tratamento de águas residuais. --

No uso da palavra o Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara: “Os custos de tratamento por m3 são superiores ou inferiores aos anteriormente contratados?”-----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o valor é mais baixo. -----

Acrescentou o Vereador do Pelouro que o valor do m3 é mais baixo mas que não se pode fazer essa leitura tão linear por estarem a falar de volumes diferentes, dando conta do histórico de metros cúbicos tratados em anos anteriores. -----

Novamente no uso da palavra o Deputado Municipal, António Augusto Almeida perguntou se, nos números apresentados, foi usado um conversor, tendo em conta a realidade ser diferente. -----

A resposta do Vereador foi afirmativa.-----

De seguida, interveio o Deputado Municipal independente, Albano Oliveira Braga, referindo a questão do utilizador pagador com o que concorda, é portanto um avanço justo. Face às explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara e Vereador, referiu que a informação técnica deveria ter plasmado esses dados, ser

2019.04.23

uma informação técnica crítica, fundamentada em dados históricos, análise do concurso e do funcionamento da ETAR. -----

Referenciou o mau funcionamento da ETAR de Ossela, classificando-o de vergonhoso. Que quando der conta de uma poluição ligará pessoalmente a relatar a situação ao Sr. Presidente e Vereador.-----

Deu conta ainda que, em alguns casos e pela antiguidade das redes, as águas pluviais entram na rede de águas residuais, o que aumenta o caudal e a respetiva fatura. Solicitou que, aquando de novas ligações, tenham isso em atenção e se retifiquem as redes antigas onde aquelas situações se verificam. Identificou um caso, na Ponte da Gandra, que pode ser verificado no local. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, referiu concordar globalmente com a intervenção do Deputado Albano Braga, pois um grande problema são as infiltrações na rede, muitas vezes por deficiência de construção ou dos materiais utilizados. Explicou que, após a intervenção nas redes de águas pluviais e rede de águas residuais, na Av. Camilo Tavares de Matos, houve diminuição do caudal que deu entrada na ETAR de Ossela, não sabendo se foi só por esse motivo ou não. Concorda que têm de caminhar no sentido da eficiência da rede, pese embora o valor do investimento envolvido.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e sete votos a favor e um voto contra (do Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga), autorizar a Câmara Municipal a celebrar o Contrato Interadministrativo de Colaboração com a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, no âmbito da gestão das infraestruturas do sistema de tratamento de águas residuais, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 9 de abril de 2019.-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga: “Eu voto contra pelas razões que referi na minha intervenção.”-----

2019.04.23

8. CONCURSO PÚBLICO: CENTRO DE ARTES E ESPETÁCULOS DE VALE DE CAMBRA | COMPROMISSO PLURIANUAL - Deliberação da Câmara Municipal de 9 de abril de 2019: Este assunto foi retirado de apreciação, nos termos do requerido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, pelo seu ofício reg. n.º 212/2019 (entrada n.º 108, de 23.04.2019).-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Usou primariamente da palavra o cidadão, Sr. Nuno Miguel Bastos Almeida, dando conta da sua preocupação com as negociações dos limites administrativos entre Arouca e Vale de Cambra, respetivamente nas Freguesias de Chave e Macieira de Cambra, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara: (1) qual o tempo que entende razoável para a conclusão do processo; (2) se alguma vez, quem gere este processo foi falar com a população e se sabem se esta concorda ou não com a dita negociação. Deu conta dos prejuízos causados, designadamente que os correios se recusam a entregar a correspondência por falta de nome de rua e número de polícia, pese embora ao apelo escrito do Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra, junto dos CTT. Informou que a população não quer mudar de concelho, que sempre fez a sua vida em Vale de Cambra, pelo que pede intervenção do Sr. Presidente da Câmara na resolução do problema, no mais curto espaço de tempo.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, referiu que esta é uma preocupação que partilha com o munícipe. Acrescentou que este processo se arrasta há muitos anos, que não é um processo fácil, que implica conquistas mas, também, cedências, é um processo bilateral. O processo só será encerrado quando os limites forem estabelecidos na sua globalidade. Explicou que os limites têm de ser aprovados pelas Freguesias, Câmaras e Assembleias Municipais respetivas. Na falta de entendimento

2019.04.23

prevalecerão os limites da CAOP, atualmente em vigor, mas que num ou outro caso não são do agrado das pessoas.-----

De seguida, usou da palavra, o segundo inscrito, Sr. Carlos Firmino Nadais dos Reis, solicitando a identificação dos artigos matriciais ou os números da descrição na conservatória dos terrenos que foram objeto de cedência do direito de superfície à União de Freguesias. -----

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara, se pensa fazer o parque para limpeza das Caravanas, no lado nascente do Parque da Cidade, e em caso afirmativo para quando.-----

Quis também saber da possibilidade de existirem dois períodos para intervenção do público - um logo após o período de intervenção dos membros da Assembleia, mantendo-se a intervenção do público após o período da ordem do dia.-----

Lamentou, mais uma vez, o facto das sessões não serem divulgadas na página do *facebook* da Câmara Municipal – o Vale de Cambra comunica. Quanto ao site do Município, para além das atas anteriores a 2013, já solicitadas, referiu entender que os documentos apreciados nas sessões deveriam ser também dessa forma disponibilizados a todos, designadamente a prestação de contas. ----

Fez referência ao diferencial do preço das casas entre o concelho de Vale de Cambra e os concelhos vizinhos.-----

No que se refere ao prazo médio de pagamento da Autarquia, disse não concordar, pois que espera um pagamento há quase vinte anos.-----

Fez ainda alguns considerandos sobre a folha informativa da Revisão do PDM, designadamente a falta de publicitação às sessões realizadas nas Juntas de Freguesia.-----

2019.04.23
